

A subjetividade na contemporaneidade da estandarização dos indivíduos ao personalismo narcísico

Angela Maria Pires Caniato

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CANIATO, AMP. A subjetividade na contemporaneidade: da estandarização dos indivíduos ao personalismo narcísico. SILVEIRA, AF., *et al.*, org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 5-22. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS & METODOLÓGICOS

A subjetividade na contemporaneidade: da estandarização dos indivíduos ao personalismo narcísico

Angela Maria Pires Caniato¹

I – Abordagem do tema

Vem sendo bastante difundida uma visão imanentista da subjetividade que trata as vivências do mundo interno dos sujeitos somente como tendo origem e fim num psiquismo, assim considerado como mônada. Reflete uma incursão reducionista na subjetividade – conduzente à distorções éticas (Figueiredo, 1995) no trato dos processos de individualização –, quando e se as interpretações dela decorrentes são examinadas à luz das idiosincrasias e perversões do *ethos* cultural da atualidade (Lipovetsky, 1989).

Venho identificando esta abordagem em teorizações que se utilizam de uma certa leitura do corpo teórico da Psicanálise como “visão de avestruz”,² no que ela ignora o imaginário cultural que integra os processos de identificação projetiva-introjetiva. Ao se colocar de forma asséptica diante das injunções arbitrárias da indústria cultural (Adorno, 1986a) que se vem impondo aos indivíduos como seus verdadeiros princípios de realidade (Guinsberg, 1991) –, ignoram os seus efeitos disruptivos na organização das vivências internas dos sujeitos e na estruturação de suas subjetividades. Ignoram a solidão psíquica e as condições adversas e hostis da sociabilidade atual (Caniato, 1997b) que empurram a cada um e a todos para a *tiranía da intimidade* (Sennett, 1993).

À guisa apenas de demonstração, reporto-me a uma destas interpretações “*avestruz*” da vivência psíquica: ouvi de uma psicanalista, bastante conhecida no estado de São Paulo, que “*tortura policial é fantasia*

¹ Universidade Estadual de Maringá.

² Esta metáfora remete à boca trituradora do avestruz que põe a cabeça no buraco à cata de uma nova presa. Ignora tudo que ocorre a seu redor, tornando-se vulnerável a ser capturado por seus caçadores enquanto devora o seu pitel.

concretizada” (sic). Ora, isto significa assumir que as representações do inconsciente psíquico (fantasias) tem o poder em si de capturar para si, de forma maquiavélica, a ação disruptiva e traumática da tortura, considerada como crime contra a humanidade e executada pelo aparato bélico e repressivo de um Estado autoritário – que detém o monopólio da força (exército e polícia). O deslocamento do agente social da tortura para o interior dos indivíduos torna-se perverso porque tal movimento de indução encobre e sustenta o terror social.³ Mais ainda, este reducionismo psicologizante tem implicações deturpadoras, na prática clínica. A vítima da tortura policial é abandonada ao envelar-se compulsivamente na vivência punitiva e culposa de um terror social internalizado, potencializador e sustentador do horror no psiquismo (fixação no trauma).⁴ Inextinguível porque sentido como originário de dentro de si, sob o influxo instintivo tanático (sádico) desde seu próprio mundo interno.⁵ A dimensão deletéria da abordagem imanentista, exposta sucintamente nesta interpretação acima examinada, é chamada por Jacoby (1977) de “*amnésia social*” – com todas as implicações do conformismo diante do “*status quo*” que ela veicula – e de “*suicídio psíquico*” por Berlinck (1988) pelo componente destrutivo que esta ortodoxia sustenta. Não há dúvida que os prejuízos psíquicos, gestados nas práticas orientadas por esta abordagem, estão a exigir uma revisão ética em algumas teorizações da Psicanálise.

Freud, desde os estudos sobre “*La histeria*” – 1895 – nunca esteve alheio às questões da cultura de sua época. A visão reducionista, na Psicanálise que se desenvolveu à posteriori, desconsidera, entre outras categorias usadas por Freud, a situação de desamparo inerente às individualidades e a dimensão hostil ao “eu” do processo civilizatório analisadas por ele em “*El malestar en la cultura*” – obra de 1929 (1930). É uma traição ao descobridor das leis do funcionamento do inconsciente psíquico ignorar que Freud sempre esteve atento aos avatares e descaminhos da libido, orquestrados pelos desvarios produzidos na cultura. Em sua obra “*Psicologia de la masas*” – 1921 – demonstra a regressão

³ Freud analisa a internalização da violência social pelos indivíduos em “*El malestar en la cultura*” (1981) e chama de “sentimento de culpabilização” à crueldade superegoica que neles se instala (p. 3053 e seguintes).

⁴ Cf. Freud (1981) em “*Lo siniestro*”.

⁵ Cf. Caniato, Ângela M. P. em “*A história negada. Violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico*”, 1995 (*Tese de doutorado*).

egoica a que estão submetidos os indivíduos quando a libido é deslocada para a idealização narcísica do tirano.

A abordagem da subjetividade da Teoria Crítica é psicopolítica.

Adorno (1986^a e 12), ao fazer a revisão de certa psicanálise pós-freudiana, resgatou a força do inconsciente, enquanto estruturante do psiquismo e apontou a fragilização a que está exposto o ego quando as representações ideológicas produzidas pela indústria cultural invadem o mundo interno dos sujeitos e aos mesmos se apresentam como produzidas desde o seu próprio interior. Cohn (1986), ao apresentar a Teoria Crítica, ressalta a importância atribuída por Adorno à “debilidade do ego” enquanto instância relacionadora com a realidade externa na personalidade social no mundo burguês e explica:

A ideologia além de ser um processo formador da consciência e não apenas instalado nela, opera no nível inconsciente, no sentido forte do termo: ela não apenas oculta dados da realidade, mas os **reprime**, deixando-os sempre prontos a retomar à consciência, ainda que de novo sob formas ideológicas (p. 17).

A sociabilidade autoritária (Caniato, 1997b), produzida pela indústria cultural, elimina a possibilidade de expressões subjetivas diferenciadas e conduz à pseudo-individualização homogeneadora de todos. Para se desvelar as injunções nefastas dos artefatos estandartizadores da indústria cultural, há de se percorrer a relação dialética entre a subjetividade e a cultura. A permeabilidade psíquica permite que o inconsciente seja atingido desde fora e que o indivíduo internalize – sem ajuizamento crítico – as ideias, os valores, os hábitos e os costumes gerados pela indústria cultural. É nesta relação de reciprocidade – cúmplice que os indivíduos sustentam e mantêm o “*status-quo*” societário (Carone, 1991). Neste contexto psicossocial, as expressões da subjetividade refletem sua subjugação pela sedução e coação sociais inerentes à ação ideológica e onde os indivíduos estandartizados deixam de ser os sujeitos da cultura.

Torna-se necessário acompanhar as transformações que estão ocorrendo no *ethos* cultural da atualidade e avaliar seus correlatos na estrutura psíquica, em suas expressões nos processos identificatórios de construção das individualidades e nas formas assumidas pela subjetividade na atualidade.

II – Algumas inquietações a respeito do *ethos* cultural da atualidade e implicações na construção das subjetividades

A visão histórica da subjetividade exige que as teorizações na Psicanálise identifiquem as transformações das instituições culturais e rearticulem as sistematizações anteriores a partir dos novos arranjos no *ethos* cultural.

Na tradição psicanalítica – desde Freud e, em especial, nos estudos kleinianos – a construção das subjetividades vem sendo tematizada a partir das relações afetivas na família. Este seria o “*locus*” privilegiado dos processos de identificação projetiva-introjetiva que são entendidos como fundantes da construção das subjetividades e constitutivos dos processos de individualização. Nesta concepção é no acolhimento materno, na troca de investimentos libidinosos entre mãe e filho e na contenção compreensiva pelos pais dos impulsos destrutivos da criança que se vão integrando os níveis inconsciente-consciente do psiquismo e se desenvolvendo os elementos psíquicos diferenciadores de cada individualidade. No complexo vincular da tríade filho-mãe-pai, a integração da trama de trocas afetivas complexas e conflitivas vai delineando, inclusive, a estruturação das identidades sexuais masculina e feminina. A delimitação do permitido-proibido é assegurada pela internalização da Lei (estrutura superegoica) que facilitará a orientação individual, a partir de um código interno de valores posto a serviço da proteção de si e na gestão das relações com os demais indivíduos. Dito desta forma sucinta, estariam lançadas, nas relações da família, as bases de sustentação do indivíduo para sua inserção mais ou menos satisfatória em outros âmbitos institucionais da sociedade. Os organizadores essenciais de sua forma pessoal de ser estariam dados por estes vínculos primitivos com os pais que garantiriam ao indivíduo possibilidades mais ou menos adequadas de transferências identificatórias e diferenciadoras, na trajetória de constituição do seu “eu” e discriminação do “não-eu”, por meio dos novos vínculos, fora do âmbito de sua família original.

Algumas questões preocupantes: em que condições sociais de vida a maternidade e a paternidade vêm sendo efetivadas? Os pais da atualidade, premidos pelas condições adversas de sobrevivência socioeconômica, vem podendo ter esta disponibilidade – afetiva para o aconchego e o cuidado dos filhos? Que valores morais e culturais estão regendo a organização e as relações entre os membros da família? Será que os pais podem ser os únicos

culpabilizados pelos descaminhos disruptivos seguidos pelos seus filhos? Não estariam eles próprios subjugados em suas próprias subjetividades, porque atravessadas pelas perversões de valores que recaem sobre o ser-pai e o ser mãe nos tempos de hoje? Como a família está constituída e organizada na chamada modernidade? Seria a família em si a fornecedora prioritária de modelos identificatórios para a construção das subjetividades na atualidade? Estão podendo existir individualidades diferenciadas, com delimitação nítida entre “eu” e o “não-eu”? A internalização destes limites vem favorecendo a preservação destas individualidades no conflito e troca com os demais indivíduos? Existem interlocutores diferenciados, para o acolhimento de um diferente num coletivo marcado pela heterogeneidade de individualidades? Há lugar, na atualidade, para a heterogeneidade de individualidades integradas a um coletivo onde a troca e o conflito entre diferentes possa acontecer para o benefício de todos? Há confiabilidade entre os indivíduos que permita trocas solidárias entre eles?

Estas são, apenas, algumas das questões a serem tematizadas por uma Psicanálise que não esteja alheia aos acontecimentos da sociedade neste fim de século. Não cabe, nos limites deste trabalho, o aprofundamento destas questões para uma revisão teórica dos postulados psicanalíticos; mas fica a inquietação para a busca de futuras compreensões onde o “*malestar en la cultura*” seja retomado como parâmetro de heteronomia nas análises do processo de individualização e construção da subjetividade.

1. Não é mais a família o “*locus*” privilegiado dos processos identificatórios

Não são poucos os autores que vêm examinando a instabilidade, a desagregação dos laços afetivos familiares, as profundas alterações de valores na organização familiar, enquanto suposto “*locus*” da sobrevivência dos indivíduos e considerada a célula básica da sociedade. Desde Reich (s.d.) em “*Psicologia de massas do Facismo*”, passando por Marcuse em “*Eros e a Civilização*” (1968), vem sendo identificado o desmonte da autoridade familiar pelas ideologias da sociedade moderna, com a exposição das individualidades à captura e controle direto pelos valores gestados pelo consumo.

Marcuse, em “*Obsolescência da Psicanálise*” (1970), busca provar que o superego freudiano, nascido da identificação com a figura do pai,

enquanto representante por excelência do princípio da realidade, perdeu as características de instância primordial da lei, dadas as transformações sofridas pela família na sociedade pós-industrial. Em suas próprias palavras, “a subordinação das dimensões do ser, que eram anteriormente privadas e antissociais (universo familiar), a uma educação, manipulação e controle metódicos”, por agências administrativas extrafamiliares, **despiu o pai do papel privilegiado que ocupava diante do filho, como modelo de realidade.**

Ao declínio da autoridade paterna, segue-se a obediência aos padrões normativos impostos pelos meios de comunicação de massa, pelos grupos de pares, pelos técnicos em educação, psicologia, etc. Anteriormente, a internalização da norma social ocorria pela mediação da figura paterna, donde a existência e a importância do superego, como representante interiorizado da lei. Agora, o ego estrutura-se não em conflito e posterior aquiescência às exigências do superego, mas diretamente em contato com a realidade. O ego é assim mantido em condições “*regressivas*”, similares àquelas experimentadas pelos componentes de “*massa*” segundo o célebre estudo de Freud “*A psicologia das massas e análise do eu*”.⁶

Philippe Ariès em “*História Social da Criança e da Família*” (1978) demonstra que a ascensão da criança como um ser-na-família corresponde à invasão do processo educativo na família pelas pedagogias para, sob a égide sacramentalizada das filosofias educativas, ser orientada a criação das crianças na família até a sua quase total substituição pela escola.

Cristopher Lasch, em “*A cultura do narcisismo*” (1983), examina a diluição do conflito de gerações – através do qual era transmitida a sabedoria dos membros mais velhos da família e assimilada pelas novas gerações no embate de suas próprias conquistas culturais – que foi capturado e substituído pela aquisição de conhecimentos produzidos pelos especialistas.

Mais algumas questões: Como ficam os jovens com a perda dos referenciais de seus antepassados, se foram compelidos a se tornarem

⁶ Estes dois últimos parágrafos foram transcritos (não montados sob a forma de citação) literalmente da obra “*Sobre a Geração AI-5: Violência e Narcisismo*” de Jurandir Freire Costa (1986) por condensarem, de forma bem clara e explícita, as ideias de Marcuse que me interessava apontar aqui.

indiferentes aos acontecimentos da vida daqueles de quem ainda permanecem perto? Como estão podendo historiar suas próprias existências se não existe a confiabilidade na de seus ancestrais e nem na dos pais com quem ainda convivem, talvez, apenas, por serem suas matrizes biológicas? Como fica para eles a perspectiva de continuidade, nos vínculos afetivos e de estabilidade nas relações de parentesco, quando um passado em que se respaldar foi fragmentado? O que lhes garante de reassseguramento a provisoriamente de contatos fugazes no presente com os especialistas – num clima relacional de neutralidade científico-tecnicista – para deles receber um aglomerado de informações úteis? Enfim, como ficam os processos identificatórios e de individualização, no que se refere à elaboração edipiana – questão central na obra de Freud – com a captura social da autoridade paterna?

Se o passado vincular é eliminado na estruturação psíquica das individualidades, a fruição libidínica esgota-se frenética e sofregamente, num presente vazio de comprometimento afetivo, porque desprovido da internalização de envoltórios anteriores acolhedores. Uma das consequências do desprestígio e desvinculamento libidínico entre os membros da família poderia estar se expressando nas manifestações da sexualidade na atualidade “*Ficar com*” – na qual o código da relação entre os jovens é o da des-continuidade de parceiros, da indiferença afetiva, da desconfiança e do descompromisso entre moças e rapazes (Chaves, 1994). Afinal, o apagamento do conflito de gerações, o des-enraizamento afetivo das pessoas de seu grupo de parentesco, as manifestações da sexualidade despidas de enamoramento são produtos da “mentalidade do descartável” da sociedade de compra e venda. Onde está a libido senão capturada pelo “*marketing*” a fim de lambuzar a mercadoria para torná-la mais atraente para o consumo?

Na invasão da família pelos especialistas, sob o pretexto de oferecer informações científicas confiáveis, revela-se a exposição de todos os seus membros à manipulação político-ideológica da sociedade. A normatização das mentalidades, no interior da família, é discutida por Jurandir Freire Costa (1983), em “*Ordem médica e norma familiar*”. Este psicanalista brasileiro, embasado no referencial foucautiano, analisa o uso político dos ensinamentos da medicina higienista no Brasil para, através da normatização de regras de higiene na família, conseguir mudanças

econômicas na estrutura fundiária do país com o arrefecimento da vida rural e a valorização da vida urbana, exigidos pelo avanço do processo de industrialização.

São poucos os intelectuais da Psicanálise – pelo menos no Brasil – que não olham com desdém para análises desta natureza. Alheios ao que se passa a sua volta (visão de avestruz), alguns até se ofendem quando, do alto de suas sapiências onipotentes, são flagrados na invasão imanentista do outro, no cotidiano de suas práticas profissionais. Embebidos nas ideologias da ciência, que teorizam e praticam, levam de roldão seus clientes – vítimas a aceitarem, adaptarem e conformarem-se ao “*modus-vivendi*” hostil do *ethos* cultural da chamada modernidade.

Prefiro ficar atenta à dúvida criadora à certeza cega, tendo a humildade como companheira, para poder errar e viver por ter o que perguntar e corrigir. Neste momento, a discussão epistemológica da imanência x heteronomia torna-se uma questão ética. Junto-me a Luiz Cláudio Figueiredo (1995) para ouvir o que ele está refletindo:

A clínica define-se, portanto, por um dado *ethos*: em outras palavras, o que define a clínica psicológica como clínica é a sua ética (...) Talvez o clínico seja a **escuta de que o nosso tempo necessita para ouvir a si mesmo em que lhe faltam palavras**. Se assim for, serão **outros os padrões éticos** a que deveríamos responder e a **ética da “defesa do consumo” estaria aqui completamente deslocada** (p. 40 – grifos meus).

2. Prevalência da indústria cultural no processo de subjetivação por meio da imposição de modelos identificatórios

A partir da extensa pesquisa sobre “*La personalidad autoritaria*” (1965) na qual Adorno identificou o envolvimento de “*tendências*” subjetivas na manutenção de uma ordenação fascista na sociedade – a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt valeu-se do arcabouço teórico da Psicanálise para identificar os processos psíquicos, envolvidos na internalização e sustentação da violência social.

Criando o conceito de indústria cultural, Adorno (1986a) demonstrou que para construir a massa de consumidores adequados aos interesses hegemônicos da compra e venda de mercadorias, foi instituída e vem sendo difundida socialmente – de forma deliberada, organizada e orquestrada –

uma parafernália ideológica que manipula e dirige, atuando desde o inconsciente psíquico, as consciências individuais. É neste processo de internalização e assimilação inconsciente das ideologias que se constrói o consentimento individual. Os valores hegemônicos são tomados como próprios dos indivíduos e vão se forjando mentalidades conformadas ao “*status-quo*” dominante. O caminho desta homogeneização das subjetividades vem sendo facilitado pela sofisticação tecnológica do “*marketing*”, do como-ser-pessoa, que é exaustivo e extensamente difundido pelos meios de comunicação de massa. O indivíduo, nos seus diferentes grupos de pertinência inclusive na família – é induzido a agir conforme os ditames dos modelos identificatórios que sob “*glamour*” sedutor saem da mídia, espalham-se e penetram de forma irracional no cotidiano da vida, dos indivíduos e grupos. Torna-se constrangedor, porque objeto de menosprezo e intimidação pelos demais, desejar, sentir, pensar e agir diferente das demais pessoas. Este é o processo de produção e reprodução homogeneizante das individualidades – a estandarização de certa forma de subjetividade – que para Adorno é resultante de uma “*identificação cega com o coletivo autoritário*”. As subjetividades, assim construídas, revelam “*o caráter manipulativo*” – desdobramento do conceito de personalidade autoritária – que engendra nos indivíduos a **predisposição** para a adesão ao arbítrio social.

Adorno (1986a), ao referir-se à indústria cultural, diz:

através da ideologia da indústria cultural o **conformismo substitui a consciência**; jamais a ordem por ela transmitida é confrontada com o que ela pretende ser ou com os reais interesses dos homens” (p. 97 – grifos meus).

Não são mais os homens os reais produtores da cultura. Para Adorno (op. cit.):

A cultura tornou-se ideológica não só como suprasumo das manifestações subjetivamente acalentadas do espírito objetivo, mas na mais ampla escala, também como esfera da **vida privada**. Esta, com aparência de importância e autonomia, esconde que só se arrasta ainda com **apêndice do processo social**. A vida se converte em ideologia da reificação e a rigor em **máscara mortuária** (p. 97 – grifos meus).

É, pelo menos, crença ingênua continuar pensando que esteja na família o “*locus*” dos processos identificatórios básicos para a construção das subjetividades como, ainda, atribuem certas teorizações e práticas psicanalistas. A questão que se coloca é de, talvez, como recuperar a **autoridade** paterna que vem sendo socialmente esvaziada, inclusive por ataques punitivos por entidades educacionais oficiais e culpabilizantes por profissionais “psi”.

Somente uma profunda desconfiança ética, enraizada nos valores do “mundo da vida”, pode penetrar, com sagacidade e obstinação, no *ethos* cultural da atualidade, para nele identificar a violência contra o humano dos homens que se espalha contra um e contra todos nós. As artes e a produção científica não estão imunes à penetração da indústria cultural: os códigos interpretativos fundados no intimismo desvelam, no reducionismo psicologizante, sua vulnerabilidade e captura pelo arbítrio social no qual estão colados. Admitir esta heteronomia, na construção das subjetividades, permitirá uma revisão, na teoria e prática da clínica, onde o intelectual-profissional possa deixar de ser cúmplice no que Adorno (1986a) chama de

encorajamento e exploração da fraqueza do eu, à qual a sociedade atual, com sua concentração de poder, condena de toda maneira seus membros. Sua consciência sofre novas transformações regressiva (p.98)

É oportuno retomar a compreensão adorniana de regressão do ego que não corresponde, apenas, à sua fragilização por rigor superegoico mas, sim, por ação da violência social (ideologias autoritárias internalizadas), que domina desde o interior do id as “consciências coisificadas”, fazendo ressurgir as tendências sádicas reprimidas. É desta configuração que resultam as “personalidades de caráter manipulativo” nas quais se manifesta a predisposição subjetiva para o acatamento e reprodução da violência, assim tornada psicossocial.^{7 8}

As preocupações, na atualidade de vozes minoritárias, com a proximidade da recaída da humanidade na barbárie pode/deve fazer com que a ciência “*psi*” respeite o alerta de Martín-Baró de que no mundo atual alastra-se a “*desvalorização da vida humana*”.

⁷ Cf. Adorno (1986a) em “Educação após Auschwitz”, p. 33-45.

⁸ Cf. Adorno (1982) em “*Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda*”.

3. Fragmentação da vida coletiva e emergência do personalismo narcísico

A vida em sociedade está impregnada de expressões materiais e espirituais do individualismo, facilmente evidenciável no isolamento das pessoas em seus locais de moradia e na ocupação do espaço urbano que se tornou, apenas, lugar de passagem. Mesmo aquelas instalações das cidades destinadas ao *convívio* – parques, praças e jardins públicos – são utilizados por solitários caminhantes, ocupados com meditações transcendentais ou com a modelagem de seus próprios corpos. Sob o influxo de alguma manipulação ideológica do ser-cidadão, numa efêmera temporalidade, os indivíduos juntam-se em torno de alguma causa social que *envolva* seus iguais para logo retomarem ao que parece ser a única condição possível de proteção: ser cada um e todos, apenas, átomos sociais. A um vazio de agrupamento humano, estranhamente, sobressai-se um **consentimento compulsivamente alegre** das pessoas diante do chamado a compartilhar da aglomeração nas, ironicamente, nomeadas “praças de convivência”, nos templos do consumo – os “*shopping centers*”. Com a mesma euforia hilariante, multidões deslocam-se para os grandes “*shows*” de artistas, produzidos pela mídia onde cada um, na sua solidão, se regozija na relação abstrata e de idolatria com os seus heróis espirituais, que desfilam nos palcos, sob uma parafernália tecnológica de luzes e sons inebriantes.

Para Tenzer (1991), a explosão individualista integra o atoleiro das doutrinas político-sociais, que orientaram os homens neste século, fazendo-os desacreditar nos ideais por elas difundidos, enquanto ordenadores da vida dos grupos humanos. Trata o esfacelamento do coletivo e o apoliticismo dos indivíduos como estando respaldados no

fim dos referenciais, quer dizer, dos grandes princípios institucionais e das informações mentais que governavam a nossa sociedade(p.36)

A extensão individualista da “crise dos referenciais” traz em seu bojo uma profunda descrença e desconfiança no que possa ser o outro em quaisquer dos âmbitos da vida em grupo, caracterizando o que Tenzer define como **destruição de toda e qualquer significação de autoridade para o indivíduo**, inclusive a dele próprio. Este esvaziamento da autoridade rege a vida do indivíduo em todos os seus âmbitos de pertinência; desde a família, a escola, passando pelo campo jurídico (leis,

direitos e deveres) para só secundariamente atingir a esfera política. No dizer de Tenzer (op. cit.):

A crise de autoridade (...) para ser mais exato, não alcançaria a esfera política se não envolvesse se **primeiro a esfera cultural**, posto que a autoridade é a semelhança da cultura, absolutamente exterior ao aspecto político, embora uma e outra se fundem. Quando já **não se aceita a hierarquia** – cultural, jurídica, educativa – então, o vínculo com o passado, com a instância anterior que havia feito reconhecer esta hierarquia, não mais é percebida como adequado e necessário (p.166 e 167).

O rechaço a qualquer ordenação social e a implementação de um individualismo hedonista desenfreado constituem e têm como base uma crise do ser-indivíduo porque vem com a negação de sua condição de produtor das ideias e princípios que regem a trajetória histórica dos homens. Explica, assim, Tenzer (op. cit.)

Não haveria crise da sociedade se não houvesse crise do indivíduo, porém a crise do indivíduo está articulada a da sociedade. Esta é a significação real da crise e dá forma a seu caráter dramático. Tristeza e desespero em alguns; sentimento de abandono em outros; estonteamento, alienação e busca do esquecimento na diversão são outros tantos sintomas de uma crise do indivíduo que em nada é novo. O que sim particulariza a nossa época é a progressiva generalização desta crise individual, seu efeito de dissolvência sobre o sentimento de pertinência pública, o fato de que se traduza em uma dupla fuga, de si mesmo e do mundo e de que nesta forma se reforce ainda mais a dificuldade para sua resolução (p. 35).

O desespero que se apossou dos indivíduos, com as constatações dos absurdos e das destruições do mundo, num passado não muito remoto (guerras, ameaça de destruição global, etc.) e as incertezas quanto às possibilidades futuras de segurança e proteção para os indivíduos por novas formas de organização social fizeram alastrar, entre os indivíduos, a descrença no coletivo, sustentada por sentimentos de apatia social.

Sennet (1993) chama a este recolhimento do indivíduo dentro de si de “narcisismo clínico” de onde a subjetividade privada de vínculos com o exterior mergulha na “tirania da intimidade”. Este processo é

mobilizado nas relações sociais por uma cultura despojada da crença no público e governada pelo sentimento intimista como uma medida de significação da realidade (p. 397).

O código de significação do mundo passa a ser o da vida psíquica numa confusa e estonteante ausência de delimitação entre o privado (psíquico, subjetivo) e o público (cultural, objetivo). Neste emaranhado de limites, o indivíduo volta-se para o seu interior e de lá, acuado, desdenha de tudo que provenha de fora de si e retoma o processo de imprimir no social as configurações produzidas em seu mundo interno. Segundo Sennett (op. cit.)

O narcisismo, no sentido clínico, diverge da ideia popular do amor de alguém por sua própria beleza; num aspecto mais estrito e como um distúrbio de caráter, é a preocupação consigo mesmo que impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio do eu e da autogratificação e aquilo que não lhe é inerente. Assim, o narcisismo é uma obsessão com “aquilo que esta pessoa, este acontecimento significam para mim”. Este questionamento sobre a relevância pessoal das outras pessoas e de atos exteriores é feita de modo tão repetitivo que uma percepção clara dessas pessoas e desses acontecimentos em si mesmos fica obscurecida. Essa [fixação] introjetiva no eu, por estranho que possa parecer, impede a satisfação das necessidades do eu; faz com que no momento de se atingir um objetivo, ou de se ligar a outrem, a pessoa sinta que “não é isto que eu queria”. Assim, o narcisismo tem a dupla qualidade de ser uma **voraz introjeção nas necessidades do eu e o bloqueio de sua satisfação** (p. 21).

A privatização da existência junto com a eliminação da esfera pública da vida do indivíduo constitui-se numa tirania imposta ao eu que é alimentada pela vivência de poder ser invadido pelo outro em quem ele não acredita poder trazer-lhe algum bem. É na falsa inchação de seus próprios limites que o outro é eliminado enquanto outro – a pessoa se afoga em seu próprio eu. Esta é a dimensão **céptica** das relações na atualidade que, ao empurrar o indivíduo para dentro de si mesmo, faz com que ele substitua o outro por um falso si-mesmo. O outro está pulverizado pela ameaça invasiva que sua alteridade passa a representar. É na **indiferença** com tudo que está fora de si, que se fragmentam os vínculos com o outro-diferente. A insensibilidade afetiva e a descrença em tudo que rodeia o indivíduo tornam-no isolado (tiranizado), apenas entregue aos impulsos oriundos do seu interior que, embora conturbado, é a única “*realidade*” em que pode-se apoiar.

É fascinante e bastante intrigante a leitura de Lipovetsky (1983), que chama de “*era do vazio*” a vida nas sociedades atuais, nas quais o apogeu do individualismo vem produzindo expressões dramáticas da dessocialização dos indivíduos. As relações das “*peçoas*” estão regidas pela apologia da inexistência de limites e de regras sociais disciplinadoras (princípio da permissividade), onde a primazia do apelo sedutor ao puro desejo (princípio do hedonismo), descola-o e o faz emergir – como que flutuante – sobre todos os indivíduos, no personalismo narcísico. O “*social*” é inflado por projeções personalistas, onde reina soberano o desejo (id), levando de roldão os desinvestimentos libidinosos nas relações e quaisquer regras norteadoras da convivência entre os indivíduos. À atomização social corresponde o reino multifacetado dos narcisos, onde cada “*peçoas*” se reflete num espelho vazio que torna o Eu estranho a seu próprio portador (des-substancialização do eu).

Na des-socialização dos indivíduos e no personalismo narcísico, o individualismo atinge o seu nível superior de eficiência na manipulação das “*peçoas*” (controle social). Deslocado para os próprios “*indivíduos*”, difundido entre todos na guerra de um-contra-os-outros, a fim de atender o afã insaciável de um lugar ao sol – à priori permitido a todos –, a mentalidade “*24000 watts*” desvela seu véu disruptivo:

a educação permissiva, a **socialização crescente das funções parentais** – que tornam difícil a interiorização da autoridade familiar –, não destroem contudo o superego: transformam o seu conteúdo num sentido cada vez mais “ditatorial” e mais feroz. **O superego apresenta-se atualmente sob a forma de imperativos de celebridade**, de sucesso que, se não forem cumpridos, desencadeiam uma crítica implacável contra o Eu. Assim se explica a fascinação exercida pelos indivíduos célebres, estrelas e ídolos, vivamente estimulada pela mídia que intensifica os sonhos narcísicos de celebridade e de glória, encorajam o homem da rua a identificar-se com as estrelas, a odiar o “rebanho”, tornando-lhe mais difícil de aceitar a banalidade da existência cotidiana (...) Ativando o desenvolvimento de ambições desmedidas ‘e tornando o seu cumprimento impossível, a **sociedade narcísica** favorece a autoacusação e o desprezo do indivíduo por si próprio. A sociedade hedonista só em superfície engendra a tolerância e a indulgência. Na realidade, nunca a ansiedade, a incerteza, a frustração conheceram

maiores proporções. **o narcisismo nutre-se mais do ódio do que admiração pelo eu** (p. 69 – grifos meus).

Estranho e ilusório igualitarismo, quando a inserção nas sociedades democráticas de consumo de massa vem atualizando-se pela pseudoindividualização, por meio da manipulação homogeneizadora da indústria cultural (Adorno) e com o aprofundamento cada vez mais extensivo do personalismo que, em sua expressão narcísica, des-socializa e des-substancializa o indivíduo por meio da captura de seu próprio desejo (Lipovetsky).

Há muito no que se pensar, quando nos debruçamos na busca de compreender o *ethos* cultural da atualidade! A abordagem imanentista ignora a historicidade das subjetividades e desconhece que a personalidade básica de nossos tempos não é mais a histórica do início do século, quando Freud iniciou a construção da Psicanálise. A “visão de avestruz”, mergulhada no intimismo “psi”, ainda se põe tolerante e cúmplice, com a permissividade social que não suporta os limites nem as restrições ao hedonismo desenfreado vigente. Endossa o “liberar geral” – fundado em um desejo tendente ao nirvana – que integra a tanatocracia narcísica da atualidade. No entanto, o alarme preocupante do “deserto social” e da violência da impunidade – que imperam soberanos contra o ser-homem na contemporaneidade –, certamente despertará as inquietações criadoras de muitos outros.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Sociologia*. In: FERNANDES, F. coord. São Paulo, Ática, 1986a (Grandes Cientistas Sociais, 54)
- ADORNO, Theodor W. et alii. Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda. In: ARATO, Andrew e GEHARDT, Eike, org. *The Essential Frankfurt School Reader*. New York, The Continuum Publishing Company, 1982. p.118-137.
- ADORNO, Theodor W. et alii. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires, Editorial Proyección, 1965. 908p.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria crítica del sujeto – ensayos sobre psicoanálisis y materialismo histórico*. Trad. Henning Jensen. México, Siglo Veintiuno, 1986b.

- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. 279p.
- BERLINCK, Manoel Tosta, (org.) *Psicanálise da clínica cotidiana*. São Paulo, Escuta, 1988. 218p.
- CANIATO, Ângela Maria Pires. *A história negada. Violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico*. São Paulo, 1995. 324 p. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia da USP.
- CANIATO, Ângela Maria Pires. “Reflexões sobre as implicações ideológicas na Psicologia Clínica: os interesses em questão e o efetivo atendimento à saúde/doença mental”: In: ZANELLA, Andréa et. alli (orgs.). *Psicologia e Práticas Sociais*. ABRAPSOSUL, Porto Alegre, 1997a. p. 92-121.
- CANIATO, Ângela Maria Pires. A sociabilidade autoritária: comprometimento na individualização e para a cidadania, *Psicologia em estudo*, Maringá/Paraná vol.2. nº 3, jul/dez. 1997b. p.109-130
- CANIATO, Ângela Maria Pires et alii. *Subjetividad y Política. Diálogos en América Latina*. Santiago do Chile, ILAS/CESOC, 1997c. 339p.
- CARONE, Iray. De Frankfurt à Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base marxista. *Psicologia-USP*, 2 (1-2): 111-120, 1991.
- CHAVES, Jacqueline. *Ficar com: um novo código entre os jovens*. Rio de Janeiro, Revan, 1994. 154p.
- COHN, Gabriel. Adorno e a Teoria Crítica da Sociedade: In: *Sociologia*, Florestan, Fernandes coord. São Paulo, Ática, 1986. p.7-30 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 54).
- COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios: In: BIRMAN, J., coord. *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro, Taurus, 1988. p. 151-174 (Ananké).
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 281p.
- COSTA, Jurandir Freire. Sobre a geração AI5: Violência e Narcisismo: In: _____. *Violência e Psicanálise*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986. p.117-189.

- FIGUEIREDO, Luis Cláudio M. *Revisitando as Psicologias. Da Epistemologia à Ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo/Petrópolis, EDUC/ VOZES, 1995, 97p.
- FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura: In: _____. *Obras Completas*. Tomo III. 4ª ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. p. 3018-3067.
- FREUD, Sigmund. El yo y el ello: In: _____. *Obras Completas*. vol. 1. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948. p.1191-1212.
- FREUD, Sigmund. La Histeria: In: _____. *Obras Completas*. vol. 1. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948. p.25-103.
- FREUD, Sigmund. Lo Liniestro: In: _____. *Obras Completas*. Tomo III. 4ª ed. Madrid, Biblioteca Nueva, 1981. p. 2483-2505.
- FREUD, Sigmund. Metapsicologia: In: _____. *Obras Completas*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948. p.1023-1074.
- FREUD, Sigmund. Psicología delas masas: In: _____. *Obras Completas*. vol.1. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948. p.1119-1157.
- GUINSBERG, Enrique. El psicoanálisis y el Malestar en la Cultura Neoliberal. *Subjetividad y Cultura*. México, 3:7-27, out. 1994.
- GUINSBERG, Enrique. Medios Masivos, Salud Mental y Derechos Humanos. Trabalho apresentado no Plenário da III CONFERENCIA SALUD, REPRESIÓN POLÍTICA Y DERECHOS HUMANOS. Santiago do Chile, 24-29 novo 1991.
- JACOBY, Russel. Amnésia social – uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 168p.
- KORDON, Diana et alli. *La impunidad: uma perspectiva social y clínica*. Buenos Aires, Sudamericana, 1995. 263p.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo – a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Trad. Ernani Pavanelli Moura. Imago Editora, Rio de Janeiro, 1983. 320p.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio – ensaio, sobre o individualismo contemporaneo* [l' ere du vide], Trad. Miguel S. Perena e Ana Luísa Faria. Lisboa, Relógio D'Água, 1989. 205p.

- MARCUSE, Hebert. Le vieillissement de la psychanalyse: In: _____. *Cultura et société*. Paris, Les Editions de Minuit, 1970. p.249-269.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Trad. Alvaro Cabral. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968. 232p.
- PACHECO, Raul Albino Filho. O conhecimento da sociedade e da Cultura: a contribuição da Psicanálise. *Psicologia e Sociedade*, vol.9 nº 12, jan – dez./ 97. p. 124-138.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo, Martins Fontes, s.d. 369p.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. [The fall of public man] Trad. Lygia Araujo Watanabe, 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. 447p.
- TENZER, Nicolas. *La sociedad despolitizada*. Ensayo sobre los Fundamentos de la Política. [La société dépolitisée. Essais sur les Fondements de la Politique]. Trad. Irene Agoff. Buenos Aires, Paidós, 1991. 356p.